

pela educação

Abril/Maio 2003
número 1

Palavras da Organização dos Professores do Sector
Intelectual de Lisboa do Partido Comunista Português



VÔO LARGO



As políticas seguidistas na guerra e na deriva para a direita nas relações internacionais, o Governo português tem feito corresponder, no plano interno, uma frente de agressão planificada, minuciosa, persistente, aos salários e direitos dos trabalhadores e ao sistema nacional de saúde. Frente de guerra que tem estendido também à educação e ao ensino públicos.



1. O Governo subordina a educação e o ensino a critérios economicistas.

Ou o que significa aplicar critérios mais que duvidosos, sem suporte pedagógico, de eficácia e rendimento às escolas, como se a população escolar fosse toda igual ou os distritos em que as escolas se inserem vivessem todos nas mesmas condições económicas, sociais, culturais, de saúde, de transportes, etc?...

Ao mesmo tempo que são reduzidas as verbas para a educação, eliminadas escolas, aumentado o número de alunos por turma, transferidas escolas para a responsabilidade das autarquias sem a correspondente transferência de verbas e pessoal habilitado para as assistir, eliminados

cursos nocturnos, colocada a leccionação de cursos até agora

ministrados por professores de áreas distintas sob a leccionação de um só professor, de uma dessas áreas, ameaçada a gestão das escolas com

gestores sujeitos a critérios empresariais e eventualmente sem preparação pedagógica?

Não é isto tratar as escolas como se fossem empresas e os alunos como se fossem resmas de papel ou embalagens de cartão (já que aqui seriam descabidas metáforas alusivas à indústria, à agricultura ou à pesca, apostados que os sucessivos governos têm estado em reduzir o país, decreto a decreto, a um país de serviços e turismo)?



2. O Governo desfere um fortíssimo ataque contra o ensino público e afasta a educação e o ensino de uma orientação democrática.

Ou não é esse o sentido de defender que o ensino público e o ensino privado devem ser perspectivados em plano de igualdade, (e se desequilíbrio existe é a favor do privado e não do público), sob a falsa justificação do princípio da igualdade de direitos?



Não é para aí que aponta a subtração da rede escolar à discussão pública e dos seus principais intervenientes, ou a imposição dos agrupamentos de escolas, ou os já mencionados e famigerados "gestores profissionais", ou, a breve trecho, a completa ausência de controlo sobre a colocação dos professores, ou a elaboração de espantosos *rankings* de escolas para justificar... o injustificável? *Isto num país em que o progresso em termos educativos, desde a reforma pombalina, passando pela educação pública do constitucionalismo do século XIX, pela escola primária republicana, até à enorme expansão escolar com origem no 25 de Abril, se tem feito à custa da sua laicização e da sua instituição como serviço público. A médio prazo, corremos o risco de o ensino público continuar a ser mantido para justificar os subsídios ao ensino privado e para chegar onde não interessa chegar ao ensino privado.*



3. O Governo agrava e aprofunda a elitização da educação e do ensino.

Ou não é o que quer dizer as rupturas que estão a ser introduzidas entre o ensino superior e o não-superior, as rupturas no interior do ensino não-superior, entre o ensino geral, o ensino técnico e o ensino profissional, os fossos que estão a ser cavados entre os diversos graus de ensino, e nos próprios ensinamentos técnico e profissional, secundarizando as suas vertentes formativas e estreitando os seus leques profissionalizantes?

Não é este o significado do aumento crescente das despesas com

a educação por parte das famílias? Não será também a consequência esperada (desejada pelo Ministério da Educação?) dessa outra espantosa medida prometida de incentivo às escolas de "sucesso" e de olvido... de todas as outras?



4. O Governo é um agente de deterioração da qualidade do ensino e desestabilizador das suas condições de funcionamento.

Apesar de assumir a toga do rigor académico e da defesa do bem público, o que lhe foi em parte facilitado pelas ambiguidades, meias-medidas e laxismo dos ministérios da educação PS, esta educação PSD prepara-se para descer a toda a velocidade a escarpa da qualidade da educação e do ensino.

Ou o que quer dizer lançar a intranquilidade e a desorientação na colocação dos professores? Ou fechar as possibilidades de carreira para milhares de licenciados que acabam os cursos? Ou extinguir cursos técnico-profissionais, como os de mecânica e de química, com boas provas dadas? Ou introduzir reformas no ensino secundário sob pressão das editoras? Ou alijar o ensino da língua-mãe dessa coisa "incómoda" (pelos vistos) que dá pelo nome de literatura?

São demasiadas interrogações e questões obscuras para um governo que se pretende tão sério e animado das melhores intenções!



Pelo contrário, nós, professores comunistas defendemos que:

A educação e o ensino da população portuguesa passam essencialmente por uma educação e um ensino público democrático e de qualidade

A educação e o ensino público obrigatório devem ser realmente gratuitos

A educação pré-primária deve ter como objectivo central ser resolvida pela rede pública, na qual as instituições de solidariedade social se devem inscrever supletivamente (invertendo a situação vigente)

A elevação da qualidade da educação e do ensino deve ser colocada como um ideal teórico e prático para realizar, dirigido a toda a população escolar e não só a alguns sectores dela.

O estatuto académico e profissional dos cursos técnico-profissionais e profissionais deve ser garantido e defendido, assegurando-se a mobilidade entre estes cursos e os cursos que alimentam o ensino superior universitário

A gestão das escolas deve ser inserida na vida democrática comunitária numa óptica pedagógica e social

A formação, a colocação e a estabilidade profissional dos professores devem ser entendidas e garantidas como um bem e um serviço público numa perspectiva de qualidade de educação e de desenvolvimento social.

A escola deve ser perspectivada como um centro de formação social e profissional, mas também como um centro de formação cívica e cultural onde confluem os saberes e as experiências de professores, pedagogos, psicólogos, artistas, animadores culturais, auxiliares de educação, autarcas, encarregados de educação, representantes do mundo empresarial e do mundo do trabalho.



**UMA GESTÃO
DAS ESCOLAS
ANTIDEMOCRÁTICA
E DE CLIENTELISMO
POLÍTICO**



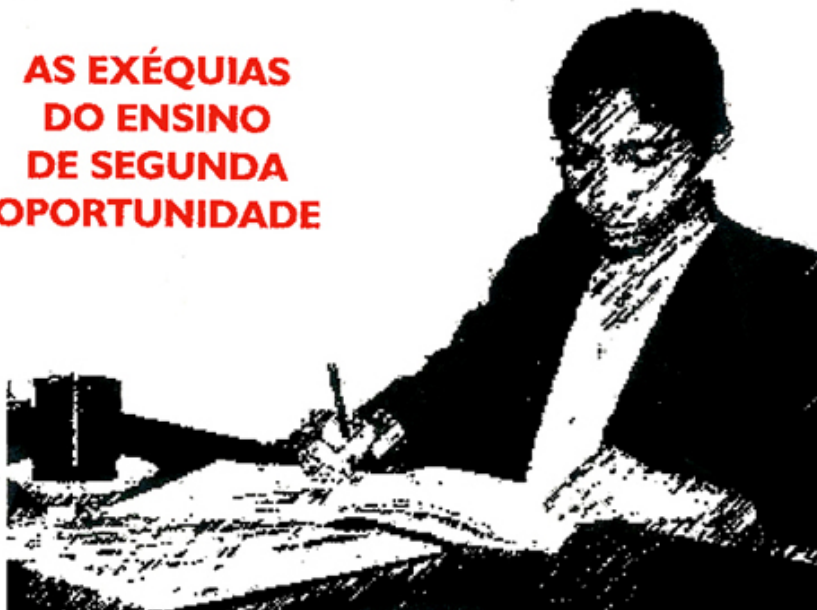
O actual ministério da Educação PSD pôs novamente em curso a velha ideia, também acarinhada pelo PS, de que as escolas precisam de uma gestão profissional (leia-se predominantemente economicista, administrativa), pois os professores não estão preparados para lidar com dinheiros e com a selva legislativa e administrativa que o ministério abate sobre eles.

Uma vez mais coloca-se a tónica na diminuição das despesas e não na qualificação da educação e do ensino. Falemos claro, quem quer que tenha tido experiência da gestão de uma escola sabe que os grandes problemas que surgem são de ordem pedagógica e não de ordem financeira ou contabilística, pois as verbas disponíveis são diminutas, chegam afectadas a rubricas de forma estricte, obedecem a regras de escrituração e a mapas espartilhantes, estão sujeitas a um controlo administrativo apertado.

O discurso sobre a ineficácia dos docentes na gestão inventa uma ficção que não tem outra finalidade senão preparar a opinião pública para o novo modelo de gestão, que se crisma de "profissional". E o novo modelo de gestão que se pretende implantar não visa um melhor aproveitamento racional dos recursos (exíguos), mas a tutela política e pedagógica das escolas pelas clientelas de quem está no

poder, e transferir a conflitualidade existente entre a administração central e as escolas para uma conflitualidade no interior das escolas.

AS EXÉQUIAS DO ENSINO DE SEGUNDA OPORTUNIDADE



Vivemos num país onde 77% da população activa não possui o 9º ano de escolaridade, 62% nem sequer o 6º ano, 45% dos jovens entre os 18 e os 24 anos não completaram o 12º ano, e onde, portanto, o ensino recorrente nocturno surge como um ensino de segunda oportunidade absolutamente indispensável. Indispensável ainda porque nos inserimos numa União Europeia agressivamente competitiva. A confirmar esta necessidade a procura destes cursos nocturnos aumentou em cerca de 35% nos últimos quatro anos. No entanto, sendo indiscutível a obrigação do Estado de melhorar, actualizar e alargar o sistema de ensino recorrente existente, este ministério da Educação, em Junho de 2002, resolveu encerrar estes cursos em 35 escolas da área da Grande Lisboa.

Não contestamos a necessidade de rever o perfil ou o figurino que estes cursos revestem (perfil cuja degradação nunca foi combatida) ou a sua distribuição na rede escolar, o que contestamos é a ausência da sua discussão pública, transparente, a sua desfiguração e o seu abandono à exploração privada.

Para contacto:
Sector Intelectual de Lisboa
do Partido Comunista Português

Av.ª da Liberdade, n.º 170
1250- Lisboa
tel. 21.330.70.00
96.250.66.37
mail.: s.intelectual@dori.pcp.pt

NOVAS REGRAS DE RECRUTAMENTO E COLOCAÇÃO DE DOCENTES MAS UM ATAQUE À QUALIDADE E À ESTABILIDADE DO ENSINO



É sabido que milhares de professores, em início de carreira e em carreiras que tiveram o seu início há muito, trabalham com horários incompletos, em

colocações precárias de substituição, perfazem horário em escolas diferentes durante o mesmo ano lectivo, mudam de escola todos os anos, ou engrossam as fileiras dos desempregados por períodos de tempo maiores ou menores. Deles é exigido, como a todos os outros, que mantenham e elevem a dignidade, a estabilidade e a qualidade da educação e do ensino.

A sua situação que se arrasta há muito, com graves prejuízos pessoais e para o ensino, é agora agravada profundamente com o novo regime de recrutamento e colocação de docentes que, nomeadamente, impõe:

o afastamento definitivo do sistema de ensino público dos professores com habilitação suficiente, independentemente dos muitos anos de serviço que possam contar; a curto prazo, significará também o afastamento de muitos professores portadores de habilitação própria, sob a pressão dos "horários zero" gerados pelo encerramento de escolas, cursos e pelo aumento de alunos por turma; zonas educativas ainda maiores sem a criação correlativa de medidas para a vinculação dos professores; a ausência de profissionalização para determinados grupos de docência; a extinção dos mini-concursos e o fazer renascer as candidaturas "escola a escola", que liquidam a transparência e o controlo dos concursos de professores e ressuscitam o clientelismo.

O GOVERNO E A SUA MAIORIA PSD/CDS REDUZEM AS PENSÕES

Exactamente em sentido inverso ao que copiosamente tinham prometido durante a campanha eleitoral, o **Governo e a sua maioria aprovaram e reduziram muito significativamente as pensões de aposentação dos professores.**

Assim, um professor que se aposente, em 2003, com 36 anos de serviço e com 58 anos de idade, pelo 10º escalão da carreira, vê a sua pensão ser reduzida em 531,06 euros relativamente a um professor, em igualdade de condições, que se tenha aposentado até 31 de Dezembro de 2002.

Estas alterações decorrem num momento em que o Governo e a maioria PSD/CDS investem contra os direitos de todos os trabalhadores e contra as suas remunerações. Explicando melhor, **ao mesmo tempo que os preços dos bens essenciais sobem em flecha** (rendas de casa: 3,6% ou mais; gás: 5%; electricidade: 2%; etc) **o Governo decreta o congelamento dos salários dos professores** (excepto para os que auferem remunerações inferiores a 1000 euros, em que a proposta de aumento é de 1,5%).

Sob pressão dos trabalhadores e do PCP, solicitado pelo Presidente da República, o Tribunal Constitucional fiscaliza as normas do orçamento de Estado para 2003. Mas a fiscalização não suspende a aplicação da lei.

A aplicação da lei já está a determinar uma redução dos pedidos de aposentação. A redução contribui para o bloqueamento dos quadros e o agravamento do desemprego. Claro, não é!!



BREVES

Os militantes comunistas, entre eles os professores e outros intelectuais, têm tido uma participação destacada na luta pela Paz. Esta luta situa-se num novo patamar e assume uma nova expressão na defesa do povo iraquiano e na luta contra a guerra ao Iraque.

Chamamos a atenção e apelamos à consciência combativa de todos para as iniciativas partidárias em curso a partir de 15 de Março, nomeadamente para as manifestações, concentrações, vigílias anunciadas oportunamente por ocasião do despoletar da guerra.



O Partido Comunista Português leva a efeito um debate sobre o **Sistema Político/Liberdade e Democracia**, com a participação do secretário-geral, **Carlos Carvalho**, no dia 2 de Abril, pelas 18,30 horas, no Hotel Altis.

**EM MOVIMENTO
POR um Portugal
com Futuro**
PCP 2

A revista **O Professor**, com reconhecida tradição de espaço de diálogo e debate pedagógico, conhece um novo fôlego editorial.

Ela conta com o teu apoio: assina-a, divulga-a, colabora.

Lágrimas & Suspiros

